

Saulo: mineradora quer ouro ianomami

BRASÍLIA — O Ministro da Justiça, Saulo Ramos, constatou que, além de padres, garimpeiros e ecologistas, os especuladores do mercado de ouro e as grandes mineradoras nacionais estão jogando seus interesses na questão dos índios ianomamis de Roraima. Segundo Saulo, representantes da Bolsa de Mercadorias de São Paulo tentam retardar a operação de retirada dos garimpeiros das reservas indígenas. As grandes mineradoras, ao contrário, espertam a oportunidade de explorar o ouro ianomami, aproveitando uma brecha constitucional.

— Aquilo é um faroeste onde todos os personagens são bandidos. Meu objetivo é levar a Lei ao território, antes que termine esse governo — garante Saulo.

Quando esteve em Boa Vista, há três semanas, o Ministro foi procurado por um representante do mercado de ouro, que desejava integrar a comitativa oficial. Saulo barrou-lhe o acesso, mas ouviu a ponderação de que dez por cento do ouro brasileiro vêm de Roraima e que o mercado — que movimenta 180 milhões de dólares por mês — começa a se ressentir da queda na produção do metal. Segundo Saulo, este especulador sugeriu um plano, imediatamente recusado, de estender por pelo menos nove meses a retirada dos garimpeiros.

As grandes mineradoras nacionais, privilegiadas na Constituição



01-02-89

Saulo diz que levará lei à Roraima

com a reserva de mercado, estariam, segundo Saulo, interessadas na desocupação da área, agora que os garimpeiros já descobriram os principais veios de ouro e outros minerais. Ele afirma que “mineradora brasileira não gasta dinheiro em pesquisa, deixando para o garimpeiro a tarefa de abrir-lhes o caminho”. Saulo observa que a Constituição veda o acesso do garimpeiro à área indígena, mas permite a presença das empresas, desde que autorizadas pelo Congresso.

Cimi diz que Ministro manipula calúnias

BRASÍLIA — O Bispo de Roraima, Dom Aldo Mongiano, disse ontem que o Ministro da Justiça deveria se informar melhor “antes de lançar acusações falsas contra a Igreja”. Semana passada, Saulo Ramos distribuiu, em Brasília, peças de um antigo inquérito policial no qual membros do clero de Roraima são acusados de usarem índios ianomamis na extração de ouro e na criação de gado. De acordo com o Ministro, a prelazia vendia o ouro no mercado negro de Boa Vista e contrabandeava para a Venezuela a carne.

As denúncias baseiam-se em três depoimentos prestados pelos índios Salomão Pereira da Silva, Bento Alfredo da Silva e Terto Ribeiro Trajano à Polícia de Roraima, em janeiro de 1986. De acordo com os depoimentos, os padres também teriam usado

sexualmente índias, que acabaram tendo filhos “de olhos azuis”. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) distribuiu nota afirmando que Saulo está “manipulando velhas calúnias, já desmoralizadas”.

—Uma coisa é dizer que a denúncia está apurada e desmoralizada. Outra é provar que foram investigadas a fundo — rebate Saulo.

O inquérito policial que apurava essas acusações foi arquivado pela Justiça Federal de Brasília, em 1987. À época, Roraima era Território subordinado à Justiça do Distrito Federal. O Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana (CDDPH), órgão do Ministério da Justiça, já investigara estas acusações, em 1987. Uma comissão esteve em Roraima e nada apurou contra a Igreja.